



2º Simulado

Polícia Penal PE

Pós-Edital



Simulado

2º Simulado Polícia Penal PE – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da Polícia Penal PE;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da Polícia Penal PE;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PPPE-06-03-22>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA**Fabrizio Dutra**

Em um regime democrático, todo poder emana do povo, prevalecendo a vontade da maioria sobre a vontade de indivíduos ou de grupos. Desse modo, o bom governante é aquele que compreende as demandas da população e se empenha em atendê-las. No entanto, numa democracia saudável, é também responsabilidade dos dirigentes tomar medidas que podem eventualmente desagradar a uma parte dos eleitores, pois eles devem administrar pensando no conjunto da sociedade que governam, e não na estridência de interesses insatisfeitos ou contrariados.

(Adaptado de O Estado de S. Paulo, 9/2/2014)

01. Quanto aos aspectos linguísticos do texto, assinale a correta:

- a) Ao se substituir a preposição 'em', no segundo período, pela preposição 'para', prejudicam-se a coerência e a correção gramatical do período.
- b) No segundo período, a locução 'Desse modo' poderia ser substituída por 'Ainda assim', mantendo-se o sentido do texto.
- c) Na oração 'é também responsabilidade dos dirigentes tomar medidas que podem eventualmente desagradar a uma parte dos eleitores', a preposição 'a' empregada antes do artigo 'uma', poderia ser retirada, dada a regência facultativa do verbo antecedente.
- d) Na oração 'é também responsabilidade dos dirigentes tomar medidas que podem eventualmente desagradar a uma parte dos eleitores', o termo 'que' é uma conjunção integrante.
- e) Na expressão 'em atendê-las', o termo 'las' retoma 'demandas'.

02. Assinale a opção correta:

- a) No primeiro período, o termo 'a vontade da maioria' exerce a função de objeto direto.
- b) Na oração 'se empenha em atendê-las', o pronome átono poderia ser deslocado para antes do verbo, com manutenção da correção gramatical: se empenha em as atender.
- c) Seriam mantidos a correção gramatical e o sentido, se, no primeiro período, fosse inserido um artigo 'o', após o termo 'todo', na expressão 'todo poder'.
- d) De acordo com o texto, o conceito de 'conjunto da sociedade' só engloba as pessoas que se sentem acolhidas pelas decisões dos governantes.
- e) A vírgula após 'democrático' é facultativa.

"O texto é produzido por um sujeito num dado tempo e num determinado espaço. Esse sujeito, por pertencer a um grupo social num tempo e num espaço, expõe em seus textos as ideias, os anseios, os temores, as expectativas de seu tempo e de seu grupo social. Todo texto tem um caráter histórico, não no sentido de que narra fatos históricos, mas no de que revela os ideais e as concepções de um grupo social numa determinada época."

(F. Platão Savioli e José Luiz Fiorin. Lições de texto: leitura e redação)

03. Assinale a alternativa correta sobre os aspectos linguísticos do texto.

- a) O termo 'produzido', no primeiro período, é um adjetivo e concorda com o núcleo 'texto'.
- b) Se a vírgula, após a palavra 'espaço', for retirada, a correção fica comprometida.
- c) O termo 'histórico', no terceiro período, foi empregado com sentido de 'inesquecível', digno de pertencer à história.
- d) Conforme o texto, o autor sempre escreverá sem estabelecer relações interpessoais.
- e) A expressão 'por um sujeito' é objeto indireto.

04. A expressão 'por pertencer a um grupo social' apresenta valor de:

- a) consequência
- b) finalidade
- c) tempo
- d) causa
- e) conformidade

Percebeu-se que o campo de estudo da polícia é bastante vasto. A polícia está diretamente ligada à vida das pessoas e, por essa razão, o maior sentido dela é exatamente garantir que as pessoas vivam em comum, felizes, em paz, com qualidade de vida. Assim, percebe-se o debate acirrado, quer pelos letrados, quer pelos cientistas, quer, sobretudo, pelas pessoas comuns, da necessidade de segurança de forma mais democrática, na nova dimensão da teoria francesa.

05. No primeiro período, a partícula 'se' é:

- a) apassivadora
- b) indeterminadora do sujeito
- c) pronome reflexivo
- d) parte integrante do verbo
- e) partícula de realce

06. Quanto ao texto acima, assinale a correta:

- a) Na oração 'A polícia está diretamente ligada à vida das pessoas', se a expressão 'vida das pessoas' fosse substituída por 'nossa vida', o acento de crase se manteria obrigatório.
- b) A oração 'que o campo de estudo da polícia é bastante vasto', no primeiro período, exerce função de sujeito do verbo que a antecede.
- c) No último período, a vírgula após 'democrática' tem caráter obrigatório.
- d) Os termos 'letrados', 'cientistas' e 'comuns' pertencem à mesma classe gramatical, no terceiro período do texto.
- e) No termo 'dela', presente no segundo período, o pronome 'ela' retoma 'vida'.

O QUE É O PRONASCI

Pronasci inova no enfrentamento ao crime. Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Entre os principais eixos do Pronasci, destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Para o desenvolvimento do Programa, o governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012. Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.

Para garantir a realização das ações no país serão celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais.

A instituição responsável pela avaliação e acompanhamento do Programa será a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além da verificação dos indicadores, ainda será feita a avaliação do contexto econômico e social. O controle mais abrangente do Programa contará com a participação da sociedade.

07. O termo 'a realização das ações no país' exerce a função de:

- a) objeto direto
- b) objeto indireto
- c) agente da passiva
- d) sujeito
- e) complemento nominal

08. Assinale a alternativa correta quanto aos aspectos do texto acima:

- a) Na oração "Pronasci inova no enfrentamento ao crime", o termo 'ao crime' desempenha a função de objeto indireto.
- b) No início do segundo parágrafo, o verbo 'destacam-se' poderia ser corretamente flexionado no singular: 'destaca-se'.
- c) Ainda sobre o verbo 'destacam-se', a partícula 'se' indica a voz reflexiva.
- d) No último período do texto, o verbo 'contará' poderia ser substituído corretamente, e com manutenção do sentido, por 'terá'.
- e) A expressão 'da sociedade', no último período do texto funciona como adjunto adverbial.

Em 03 de maio de 1989, houve uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta – hospital psiquiátrico privado existente no Município de Santos (SP) –, onde teve início um dos mais importantes momentos da história da psiquiatria no Brasil. Ao contrário de muitas intervenções do poder público em instituições psiquiátricas (públicas ou privadas), pela primeira vez, a imagem-objetivo da equipe não seria a melhoria das instalações ou do tratamento oferecido, a humanização da instituição, a otimização da relação custo-benefício ou coisas dessa natureza. O que se pretendia, então, era a desmontagem da referida instituição, com sua substituição simultânea por outras modalidades e dispositivos de tratamento e cuidado. E, mais do que isso, a proposta era a de dar início a outra relação entre o território (isto é, a cidade, os sujeitos, as instituições sociais e políticas) e as pessoas consideradas "doentes" ou "portadoras de transtorno mental". Pela primeira vez, foi utilizado o termo substitutivo (serviço ou rede substitutiva) nas políticas públicas de saúde mental no Brasil, no sentido de algo que assume o lugar do anteriormente existente.

09. Na primeira linha, se o termo 'uma intervenção' fosse substituído por 'intervenções', a forma verbal 'houve' seria ser corretamente, e com manutenção de sentido, substituída por:

- a) teve
- b) ocorreu

- c) aconteceram
- d) tiveram
- e) houveram

10. Assinale a alternativa correta quanto ao texto acima:

- a) Na oração 'Pela primeira vez, foi utilizado o termo substitutivo (serviço ou rede substitutiva) nas políticas públicas de saúde mental no Brasil, no sentido de algo que assume o lugar do anteriormente existente', a expressão verbal 'foi utilizado' poderia ser substituída por 'se utilizou', mantendo-se a correção gramatical.
- b) No terceiro período, o termo 'então' é uma conjunção responsável por introduzir uma oração com semântica conclusiva.
- c) O emprego das aspas, ao longo do texto, permite o entendimento de que o autor concorda com a denominação que é costumeiramente utilizada.
- d) A expressão 'uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta' exerce a função de sujeito.
- e) Na expressão 'que se pretendia', o deslocamento da partícula 'se' para depois do verbo incorreria em desvio gramatical.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Thiago Farias

11. Nos termos da Lei Estadual 15.755/2016 de Pernambuco, promover a instalação e o funcionamento das Casas do Albergado é objetivo do:

- a) Defensoria Pública
- b) Juízo da Execução.
- c) Conselho Penitenciário.
- d) Conselho da Comunidade.
- e) Patronato.

12. Pedro, servidor público estadual de Pernambuco, está com sua esposa Sebastiana doente. Pedro demonstrou ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não é possível de ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo. Tendo em vista o que consta da Lei 6.123/1968, Pedro pode gozar licença por motivo de doença em pessoa da família com vencimentos integrais por até:

- a) um mês.
- b) dois meses.
- c) três meses.
- d) seis meses.
- e) um ano.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Ranielison Passos

13. No Windows 10 BR, com as configurações padrão inalteradas, você mantém a tecla Shift pressionada enquanto exclui um arquivo por meio da tecla Delete.

Assinale a opção que indica o resultado desse procedimento.

- a) O arquivo será enviado para a lixeira.
- b) Será exibida uma caixa de diálogo perguntando se o arquivo deve ser enviado para a lixeira.
- c) O arquivo será excluído sem passar pela lixeira.
- d) Será exibida uma caixa de diálogo perguntando se o arquivo deve ser excluído permanentemente.
- e) O arquivo será excluído temporariamente, passando pela lixeira.

14. No LibreOffice Writer, a operação de busca (Localizar) oferece, dentre outras, as opções “Diferenciar maiúsculas de minúsculas” e “Somente palavras inteiras”.

Nesse contexto, considere o conteúdo de um documento exibido a seguir.

A Caixa-preta foi encontrada encaixada numa caixa de madeira e, com mais duas caixas, foi enviada para a Caixa Postal.

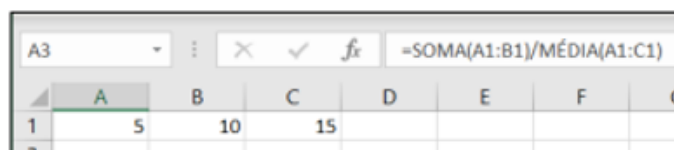
Considerando-se busca nesse documento inteiro, na qual o texto de busca é

caixa

e as duas opções referidas acima tenham sido assinaladas, o número de trechos do documento que seriam destacados é:

- a) zero;
- b) um;
- c) dois;
- d) três;
- e) quatro.

15. Numa planilha do programa Excel, atribuiu-se à célula A3 a fórmula indicada na figura a seguir.



	A	B	C	D	E	F	G
1	5	10	15				

O valor numérico obtido na célula A3 é

- a) 5,0.
- b) 3,0.
- c) 2,5.
- d) 2,0.
- e) 1,5.

16. Muitas empresas usam sistemas de e-mail integrados a seus sistemas e ambientes computacionais. Contudo, é sempre útil dispor de uma interface da Web que permita ao utilizador ler e escrever e-mails usando um navegador.

Esse tipo de acesso a um serviço de e-mail é conhecido como

- a) automail.
- b) localmail.
- c) expressmail.
- d) mailbox.
- e) webmail.

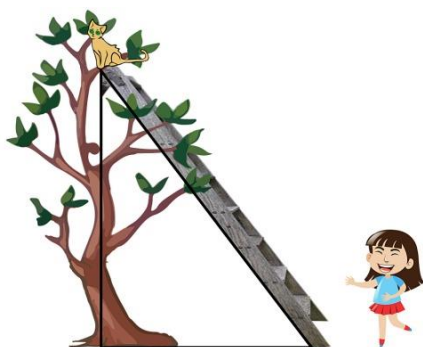
RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

17. Um órgão possui vinte servidores, dos quais dez são homens e dez são mulheres. Portanto, o número de comissões de cinco pessoas que se pode formar com três mulheres e dois homens é:

- a) 3600
- b) 1650
- c) 5.450
- d) 5.400
- e) 5.800

18. O malévolo Rosenal, diretor de marketing do Estratégia Concursos, colocou o gatinho da aluna Coruja no alto de uma árvore. Coruja colocou uma escada junto à árvore para ajudar o gato a descer.



Sabendo que o gato estava a uma altura de 8 metros e a base da escada estava posicionada a 6 metros do pé da árvore, qual o comprimento da escada utilizada para salvar o gatinho?

- a) 15 metros.
- b) 10 metros.
- c) 13 metros.
- d) 20 metros.
- e) 25 metros

19. Aos SÁBADOS,

- como pizza no jantar ou não tomo açaí.
- corro ou jogo futebol e
- tomo açaí ou não corro.

Se, no último SÁBADO, não joguei futebol, então

- a) corri e não comi pizza no jantar.
- b) não corri e comi pizza no jantar.
- c) não comi pizza no jantar e não tomei açaí.
- d) não corri e não tomei açaí.
- e) corri e tomei açaí.

20. Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são policiais. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são policiais.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor desse órgão e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser policial é igual a:

- a) $1/3$
- b) $2/5$
- c) $5/6$
- d) $7/8$
- e) $8/9$

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Selecione, entre as alternativas a seguir, um dos atributos do poder de polícia administrativa:

- a) discricionariedade, o qual pode ser observada em todos os atos de polícia.
- b) vinculação, relativamente à liberdade do agente público competente para prática de atos de polícia.
- c) autoexecutoriedade, que afasta os atos de polícia do controle judicial.
- d) eficiência na prevenção e repressão das infrações penais.
- e) coercibilidade, resultando na imposição do ato de polícia ao particular, independentemente de sua concordância.

22. Assinale a alternativa que contém elemento discricionário em ato administrativo de autorização para porte de arma de fogo:

- a) sujeito.
- b) competência.
- c) finalidade.
- d) forma.
- e) objeto.

23. Em se tratando da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os entes descentralizados não estão subordinados à administração central.
- b) A centralização reflete a forma pela qual um ente federativo executa suas tarefas sem subdivisões internas.
- c) Opera-se descentralização por colaboração a delegação da prestação de serviços públicos a particulares, mediante contrato de concessão.

d) O ente descentralizado possui patrimônio próprio, distinto daquele a que pertence o ente público que o criou.

e) A desconcentração pode ser observada na administração direta e na indireta.

24. De acordo com a Lei 8.429/1992 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve em 5 anos a pretensão de ressarcimento do Estado, diante de agente que intencionalmente tenha gerado dano ao erário, no exercício de suas funções.
- b) A declaração dos bens e valores que compõem o patrimônio privado do agente público somente será necessária para posse e exercício do agente.
- c) A lei de improbidade administrativa, por apresentar condutas referentes a agentes públicos, pode somente ser aplicada a quem possua essa prerrogativa.
- d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle, interno ou externo, não impede a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
- e) A Lei 8.429/1992 tem por objetivo aplicar sanções a agentes públicos e demais pessoas que pratiquem atos de desonestidade em desfavor da Administração Pública, sejam dolosos ou culposos.

25. Segundo dispõe a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo em âmbito federal, a decisão coordenada:

- a) poderá ser utilizada exclusivamente no âmbito da Administração direta federal, nas decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) poderá ser utilizada em quaisquer decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
- c) poderá ser utilizada no âmbito da Administração Pública federal nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) poderá ser utilizada quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.
- e) poderá ser utilizada, antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, para debates sobre a matéria do processo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

26. Com referência aos direitos e garantias fundamentais e às ações constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- a) O habeas corpus somente pode ser impetrado na forma repressiva, ou seja, somente no caso de alguém efetivamente ter sofrido violência que limite a sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder
- b) É cabível mandado de injunção como instrumento para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) O mandado de segurança assegura o direito de acesso aos registros existentes, direito de retificação dos registros errôneos e direito de complementação dos registros insuficientes ou incompletos da pessoa do impetrante.
- d) Quando houver violação de direito líquido e certo por ilegalidade ou abuso de poder, realizado por uma autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, o remédio constitucional que deve ser invocado é o mandando de segurança.
- e) A ação popular é a garantia constitucional que protege o cidadão cuja liberdade de ir e vir seja cerceada por ato administrativo praticado sem a devida observância.

27. Assinale a opção que apresenta órgão do Poder Judiciário que integra a justiça especializada.

- a) Tribunal dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
- b) Tribunal Regional Federal
- c) Supremo Tribunal Federal
- d) Tribunal Superior do Trabalho
- e) Conselho Nacional de Justiça

28. É competência privativa do presidente da República

- a) convocar plebiscito.
- b) referendar tratados, convenções e atos internacionais.
- c) Decretar estado de calamidade pública de âmbito federal
- d) autorizar a deflagração de guerra.
- e) Nomear, após aprovação do Senado Federal, o Governador de Território.

29. Os princípios constitucionais podem ser positivados ou não positivados. Os positivados são aqueles previstos expressamente no texto constitucional; os não-positivados não estão escritos no texto, mas dele podem ser diretamente deduzidos. Nesse sentido, constitui princípio constitucional não-positivado

- a) o federativo.
- b) o republicano.
- c) o estado democrático de direito.
- d) o devido processo legal.
- e) a razoabilidade.

30. Assinale a opção correta no que diz respeito aos direitos de nacionalidade:

- a) São símbolos da República Federativa do Brasil: a bandeira, o hino, o brasão e os selos nacionais.
- b) São privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado das Relações exteriores
- c) É hipótese de perda da nacionalidade o cancelamento da naturalização por sentença judicial, nesse caso, a recuperação da nacionalidade poderá ocorrer através de novo processo de naturalização.
- d) Aos originários de países de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver

reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

- e) Não perde a nacionalidade brasileira o nacional que adquirir outra nacionalidade por imposição do estado estrangeiro como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

31. O consentimento do ofendido no crime de estupro configura

- a) excludente de tipicidade.
- b) excludente de culpabilidade.
- c) a causa supralegal de excludente de ilicitude.
- d) o tipo penal do estupro.
- e) excludente de punibilidade

32. Pode excluir a imputabilidade penal

- a) a embriaguez culposa causada pelo álcool.
- b) a paixão.
- c) a embriaguez acidental causada por substância análoga ao álcool.
- d) a embriaguez voluntária causada pelo álcool.
- e) a emoção

33. B é um adolescente de 13 anos com sérios problemas de autoestima, o que o conduz a um estado de depressão. A, maior de idade, sabendo das condições de B e interessado na fortuna de que este é destinatário, instiga-o a se matar, convencendo-o de que o paraíso seria muito melhor para ele do que a situação atual. B, em razão disso, suicida-se. Nessa situação hipotética, a conduta de A é considerada

- a) homicídio simples.
- b) induzimento ao suicídio na forma simples.
- c) atípica, haja vista não ter praticado nenhum ato executório.
- d) homicídio qualificado.
- e) induzimento ao suicídio na forma qualificada.

34. A, com 35 anos de idade, em razão de seu vício, entra na casa de B, seu pai, que tem 62 anos de idade, arrombando a porta, utilizando violência contra o objeto e levando a televisão que se encontra no interior da residência. Nessa situação hipotética, a conduta de A

- a) é punível por furto simples.
- b) é punível por furto qualificado.
- c) não é punível em razão da relação de parentesco entre A e B.
- d) é punível por roubo.
- e) é punível por furto em concurso com dano.

35. X, servidor público, pega, da repartição pública em que trabalha, cinco caixas com 50 canetas esferográficas, cujo valor é de R\$ 40,00 cada uma, antes de encerrar o expediente, aproveitando-se de que era o último a sair da sala e de que não havia mais ninguém no local. Nessa situação hipotética, a conduta praticada por X é caracterizada como

- a) concussão.
- b) atípica, em razão da insignificância da conduta.
- c) peculato.
- d) corrupção ativa.
- e) furto.

36. À luz do disposto na Lei nº 8.072/1990 e da jurisprudência do STF e do STJ, assinale a opção correta, acerca dos crimes hediondos e equiparados.

- a) segundo entendimento dominante do STJ, o homicídio qualificado-privilegiado é hediondo.
- b) nos termos da referida lei, o crime de epidemia com resultado morte não é considerado hediondo.
- c) A referida lei não estabeleceu como hediondo o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.
- d) segundo o entendimento do STF, o tráfico privilegiado possui natureza equiparada à dos crimes hediondos.
- e) segundo o entendimento do STJ, o crime de associação para o tráfico não é considerado hediondo ou equiparado

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

37. Determinado inquérito policial foi instaurado para apurar a suposta prática do crime de lesão corporal gravíssima, cujo autor teria sido Mirosmar. No curso das investigações, e após requerimento do MP, o Juízo decretou a prisão preventiva do investigado, para assegurar a aplicação da lei penal.

Em relação ao referido caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, a contar de sua instauração
- b) Apesar de ser procedimento inquisitorial, Mirosmar terá direito de constituir defensor para acompanhar o desenvolvimento do inquérito, mas este somente terá acesso aos autos com autorização judicial
- c) A manifestação de vontade da vítima é desnecessária para a instauração e desenvolvimento do inquérito policial, no caso narrado.
- d) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, impedirá a retomada futura das investigações, ainda que surja notícia da existência de prova nova.
- e) A reprodução simulada dos fatos poderá ser determinada pela autoridade policial, estando o indiciado obrigado a se fazer presente.

38. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O inquérito policial poderá ser instaurado de ofício nos crimes de ação penal privada, desde que a pena máxima seja superior a 04 anos de privação da liberdade.
- b) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.
- c) Como regra, estando solto o indiciado, o inquérito deverá ser concluído no prazo

improrrogável de 30 dias, a contar da instauração do inquérito policial.

- d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial, nem mesmo no caso de já estar extinta a punibilidade.
- e) O indiciamento é ato privativo da autoridade judiciária, exceto nos casos de infração de menor potencial ofensivo.

39. Naiara foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Arthur. Antes mesmo de ajuizar queixa-crime, Naiara perdoou Arthur, motivo pelo qual decidiu não ajuizar queixa-crime; Jade foi vítima de crime de ação penal privada praticado por Douglas. Nove meses após ter descoberto a autoria delitiva, Jade ainda não havia se decidido acerca de ajuizar ou não a queixa-crime.

Nesse caso, é correto afirmar que houve, nos casos de Naiara e Jade, respectivamente:

- a) renúncia e perdão do ofendido
- b) perdão do ofendido, em ambos os casos
- c) perdão do ofendido e decadência
- d) perdão do ofendido e renúncia tácita
- e) renúncia e decadência

40. No que tange à prisão em flagrante e à prisão preventiva, é correto afirmar que:

- a) nos crimes permanentes, tal como o tráfico de drogas, o estado de flagrância se protraí no tempo, o que, todavia, não é suficiente, por si só, para justificar busca domiciliar desprovida de mandado judicial, exigindo-se a demonstração de indícios mínimos de que, naquele momento, dentro da residência, está-se ante uma situação de flagrante delito.
- b) inquéritos policiais e processos em andamento não são elementos aptos a demonstrar eventual reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva.
- c) se a prisão em flagrante for ilegal, caberá ao Juiz conceder liberdade provisória ao preso, com arbitramento de fiança.
- d) embora não seja cabível a decretação da prisão preventiva *ex officio*, o STJ admite a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio*.
- e) as condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, por si só, obstam a decretação de prisão cautelar.

41. Lucélia, funcionária pública, foi flagrada por câmeras de segurança subtraindo três *laptops* pertencentes à Secretaria De Justiça e Direitos Humanos do estado de Pernambuco, onde estava lotada. Durante as investigações no inquérito policial, restou constatado que Lucélia se valeu das facilidades do cargo para poder subtrair os bens. Relatado e concluído o IP, com o indiciamento de Lucélia pelo referido crime funcional, o MPPE, então, denunciou Lucélia pela prática do crime de peculato-furto, instruindo a denúncia com cópia integral do inquérito. Conforme entendimento do STJ, o Juízo, verificando que a denúncia está em devida ordem, deverá ordenar:

- a) a notificação da acusada, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias.
- b) a notificação da acusada, para apresentar justificção preliminar, em 05 dias.
- c) a citação da acusada, para apresentar resposta preliminar escrita, dentro do prazo de 10 dias.
- d) a citação da acusada, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias.
- e) a citação da acusada, para apresentar resposta preliminar escrita, dentro do prazo de 15 dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

42. Acerca da Lei n.º 9.613/1998 (lavagem de dinheiro), a qual versa sobre delitos de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, analise as assertivas abaixo.

- I. Nos termos da citada norma, configura crime ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Pelas peculiaridades desse crime, não é possível a utilização dos institutos da ação controlada e da infiltração de agentes como meios de apuração dessa espécie de delito.
- II. O processo e o julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro tipificados na Lei n.º 9.613/98, de competência exclusiva da Justiça Estadual, obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular.
- III. Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei.
- IV. As “pessoas obrigadas” deverão comunicar ao COAF, abstendo-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela à qual se refira a informação, no prazo de 24 horas, das operações que possam constituir-se em sérios indícios dos crimes de lavagem de dinheiro.

Marque a alternativa que traz os itens corretos.

- a) III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e II.

43. Considerando a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), marque a alternativa incorreta.

- a) A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática dos crimes definidos na Lei n.º 11.343/06 será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente. O juiz, no prazo de 30 (trinta) dias contado dessa comunicação, determinará a alienação dos bens apreendidos, à exceção das armas, que serão recolhidas na forma da legislação específica.
- b) Tratando-se do crime de porte de drogas para consumo pessoal, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.
- c) As condutas de semear, cultivar ou fazer a colheita de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas serão sempre enquadradas como crimes equiparados ao tráfico ilícito de drogas.
- d) Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- e) A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

44. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores deve registrar ocorrência policial e comunicar à Polícia Federal a perda de arma de fogo que esteja sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato. Caso deixe de fazer esse registro,

- a) cometerá crime punível com detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa.
- b) será atípica a conduta.
- c) cometerá infração administrativa punível com multa.
- d) cometerá crime punível com reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.
- e) cometerá crime punível com detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

45. Considerando a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e que estabelece uma série de meios de obtenção de prova, de acordo, exclusivamente, com o disposto no referido diploma legal, assinale a alternativa correta.

- a) Em relação à colaboração premiada, prevista na lei, é um direito do colaborado cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.
- b) A colaboração premiada está prevista na referida lei, podendo beneficiar o colaborador apenas com a redução da pena.
- c) A ação controlada é um dos meios de obtenção de prova previstos na lei e consiste em retardar a intervenção policial à ação praticada por organização criminosa, sendo imprescindível, para tanto, a devida autorização judicial após parecer do Ministério Público.
- d) A infiltração de agentes de polícia na organização criminosa será um dos primeiros meios adotados para investigar uma organização criminosa, sendo prescindível, para tanto, a demonstração de que a

prova não pode ser produzida por outros meios disponíveis.

- e) As tratativas relacionadas à colaboração premiada, efetuadas com o suposto autor do crime, poderão se desenvolver livremente, não sendo necessária a presença de advogado constituído ou defensor público.

46. Não é crime de tortura tipificado na Lei nº 9.455/97:

- a) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.
- b) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.
- c) submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- d) praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
- e) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.

47. Tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 13.869/2019, intitulada Nova Lei de Abuso de Autoridade, analise as assertivas a seguir.

- I. Todos os tipos penais nela previstos são, sem exceção, de ação penal pública incondicionada.
- II. As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- III. A depender do caso concreto, a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas pode configurar abuso de autoridade.
- IV. A ação privada subsidiária deverá ser exercida no prazo de seis meses, contado da data em que se esgotar o prazo para recebimento da denúncia.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

48. A Lei nº 12.846/2013 - alcinhada de "Lei Anticorrupção" - estabelece um regime de responsabilidade especial para pessoas jurídicas. Acerca desse regime, a lei em questão

- a) estabelece, nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica sucessora pelos atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.
- b) é aplicável aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra organizações públicas internacionais, ainda que cometidos no exterior.
- c) estabelece a responsabilização penal objetiva das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública.
- d) permite que a Controladoria Geral da União aplique sanção de dissolução compulsória da

pessoa jurídica, quando comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, ou ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

- e) atribui legitimidade concorrente ao Ministério Público, às Defensorias Públicas da União e dos Estados e à Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ajuizamento de ação com vistas à aplicação das sanções previstas na referida legislação, às pessoas jurídicas infratoras.

EXECUÇÃO PENAL

Alexandre Herculano

49. São faltas graves, EXCETO.

- a) possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.
- b) provocar acidente de trabalho
- c) tentativa de fuga
- d) recusar submeter-se ao procedimento de identificação datiloscópica
- e) tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

50. São órgãos da execução penal, EXCETO.

- a) o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- b) os Departamentos Judiciários
- c) o Juízo da Execução
- d) o Patronato
- e) a Defensoria Pública

51. Somente se admitirá, entre outras ocasiões, o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de

- a) condenado maior de 60 anos
- b) condenado acometido de doença
- c) condenada doente
- d) condenada com filho menor
- e) condenado que é pai

52. Segundo a Lei nº 11.671/2008, a inclusão em estabelecimento penal federal de segurança máxima, no atendimento do interesse da segurança pública, será em regime fechado de segurança máxima, com as seguintes características, EXCETO.

- a) recolhimento em cela individual
- b) visita do cônjuge, do companheiro, de parentes e de amigos somente em dias determinados, por meio virtual ou no parlatório, com o máximo de 2 (duas) pessoas por vez
- c) banho de sol de até 2 horas diárias
- d) monitoramento de todos os meios de comunicação, inclusive de correspondência escrita.
- e) telefonemas para a família no caso de não visita após 3 meses.

53. Segundo o decreto nº 7.626/2011 (Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional), o PEESP será coordenado e executado pelos

- a) Ministérios da Justiça e da Educação.
- b) Ministérios da Justiça e da Defesa.
- c) Ministérios da Educação e da Defesa.
- d) Ministérios da Justiça e da Economia.
- e) Ministérios da Defesa e da Integração.

54. Segundo o decreto nº 6.877/2009 (Sistema Penitenciário Federal), o processo de inclusão e de transferência, de caráter excepcional e temporário, terá início mediante requerimento

- a) da autoridade administrativa, do Ministério Público ou do próprio preso
- b) da autoridade administrativa e do Judiciário
- c) do Ministério Público ou do próprio preso
- d) da autoridade administrativa, do Judiciário ou do próprio preso
- e) da autoridade administrativa e do Ministério da Justiça

55. Sobre a Saída Temporária marque a opção INCORRETA.

- a) Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: visita à família; frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; e participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
- b) A autorização será concedida por prazo não superior a 7 dias, podendo ser renovada por mais 4 vezes durante o ano.
- c) Para a autorização da saída temporária, é preciso, entre outros requisitos, do cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se o condenado for primário, e 1/3, se reincidente;
- d) A ausência de vigilância direta, na saída temporária, não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.
- e) O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Lilian Novakoski

56. Sobre o PNDH III – Decreto 7.037/2009, é INCORRETO afirmar:

- a) São eixos orientadores Desenvolvimento e Direitos Humanos e Universalizar direitos em um contexto de desigualdades,
- b) Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, serão convidados a aderir ao PNDH-3
- c) Democratização e modernização do sistema de segurança pública é diretriz do eixo sobre Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.
- d) A Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório é diretriz do eixo sobre Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência
- e) É ação programática da Diretriz onze propor alteração do texto constitucional, de modo a considerar as polícias militares não mais como forças auxiliares do Exército, mantendo-as apenas como força reserva.

57. Julgue as assertivas e marque a correta acerca da DUDH:

- a) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público ou privado no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.
- b) A instrução é garantida a todos, sendo gratuita e obrigatória nos graus elementares e fundamentais.

- c) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- d) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração mas não na dissolução.
- e) Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei nos países que reconhecem a DUDH.

58. Julgue os itens, como verdadeiro ou falso, acerca das Regras Mínimas da ONU para Tratamento de Pessoas Presas

- I - Todos os locais destinados aos reclusos, especialmente os dormitórios, devem satisfazer todas as exigências de higiene e saúde, tomando-se devidamente em consideração as condições climáticas e, especialmente, a cubicagem de ar disponível, o espaço mínimo, a iluminação, o aquecimento e a ventilação.
- II- Em circunstâncias excepcionais, sempre que um recluso obtenha licença para sair do estabelecimento, deve ser autorizado a vestir as suas próprias roupas ou roupas que não chamem a atenção.
- III- Todos os estabelecimentos prisionais devem ter um serviço de saúde incumbido de avaliar, promover, proteger e melhorar a saúde física e mental dos reclusos, prestando particular atenção aos reclusos com necessidades especiais ou problemas de saúde que dificultam sua reabilitação.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I e II
- e) I

59. As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos prevê que Todos os estabelecimentos prisionais devem assegurar o pronto acesso a tratamentos médicos em casos urgentes. Os reclusos que necessitem de cuidados especializados ou de cirurgia devem ser transferidos para estabelecimentos especializados ou para hospitais civis. Se os estabelecimentos prisionais possuírem instalações hospitalares próprias, estas devem dispor de pessoal e equipamento apropriados que permitam prestar aos reclusos doentes os cuidados e o tratamento adequados, sobre a saúde, julgue os itens:

I- As decisões clínicas podem ser tomadas por profissionais de saúde ou responsáveis pelo estabelecimento prisional.

II- O médico ou, quando aplicável, outros profissionais de saúde qualificados devem visitar semanalmente todos os reclusos que se encontrem doentes, que se queixem de problemas físicos ou mentais ou de ferimentos e todos aqueles para os quais a sua atenção é especialmente necessária. Todos os exames médicos devem ser conduzidos em total confidencialidade.

III- O médico deve comunicar ao diretor sempre que julgue que a saúde física ou mental do recluso foi ou será desfavoravelmente afetada pelo prolongamento ou pela aplicação de qualquer modalidade do regime de detenção.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II
- c) I e III
- d) III
- e) I

60. Incube ao Conselho da Comunidade, entre outras funções:

I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.

II- apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário

III - entrevistar presos

Estão corretas:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) III
- d) I e III
- e) I e II

Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PPPE-06-03-22>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>